

AJ 04300

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Des. Social - ES e
ISSN

Fale com a editora:
Elaine Silva - Tel.: 3321-8327

A GAZETA Vitória (ES), domingo, 10 de outubro de 2010

19

Economia **10%**

www.twitter.com/gazetaeconomia

QUEDA DE PREÇO. A forte queda do dólar frente ao real vai garantir uma ceia de Natal com produtos importados mais baratos. O Grupo Pão de Açúcar diz que as mercadorias importadas estarão, em média, 10% mais baratas, se comparadas ao ano passado.

Pesquisa. Se este salário crescer 10% em relação ao mínimo nacional, haverá redução do PIB

Salário mínimo regional pode prejudicar economia do Estado

DANIELA MARTINS/ARQUIVO AG

Estudo mostra que piso capixaba afastaria empresas, elevaria preços e não ajudaria trabalhadores pobres

ABDO FILHO
afilho@redegazeta.com.br

■ Quando o assunto é o combate à pobreza e à desigualdade de renda no Espírito Santo, uma boa leva de economistas e de administradores sugere a adoção de um piso salarial regional. A argumentação dos defensores dessa ideia passa pelo fato de o Estado já possuir uma renda média superior à brasileira, por conta de um PIB que, ano após ano, cresce acima da média nacional. Um estudo encomendado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, porém, coloca toda essa argumentação por terra.

À frente do projeto, os economistas Magnus de Castro, Andressa Pavão e Jaqueline Costa se debruçaram sobre os modelos aplicados no Rio de Janeiro,



EFEITO-CASCATA. Um aumento de 10% no salário mínimo geraria uma redução de, aproximadamente, 3% na demanda por mão de obra

“ Para o Espírito Santo, seria bom que Minas e Bahia adotassem um mínimo regional. Beneficiária nossa economia, traria mais competitividade. Com a economia indo bem, é muito mais fácil pleitear políticas públicas de qualificação de combate à pobreza”

ANA PAULA VESCOVI
PRESIDENTE DO INSTITUTO JONES SANTOS NEVES

“ Haveria um esforço muito grande por parte da sociedade, e os efeitos práticos seriam muito pequenos. Só quem ganha um salário e consegue ficar empregado é que vai se beneficiar, mesmo assim verá sua renda corroída, já que os preços subiriam com a adoção do piso”

ANDRESSA PAVÃO
ECONOMISTA

los aplicados no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina, onde há piso regional. Eles analisaram o resultado dessa estratégia na economia capixaba, e os números não são animadores. Além de não atingir aos mais pobres, a eventual adoção do piso traria graves consequências à economia estadual.

O trabalho mostra que, diante de um aumento de 10% no salário regional em relação ao mínimo nacional, assistiríamos a uma redução do PIB, a uma diminuição das exportações, ao aumento dos preços, dos custos de produção e, principalmente, do desemprego. Na simulação feita pelos economistas, o aumento de 10% no salário mínimo geraria uma redução de, aproximadamente, 3% na demanda por mão de obra pouco qualificada, no curto e no longo prazo, atingindo exatamente quem ganha entre um e dois salários.

“É um efeito-cascata. As empresas verão seus custos subir e passarão isso para os preços. Como grande parte dos nossos limites geográficos são com Esta-

dos que não adotam mínimos regionais – Minas Gerais e Bahia –, poderíamos ver nossas empresas perdendo competitividade e até mesmo se mudando para esses Estados. O empresário, principalmente o micro e pequeno, que não conseguisse pagar iria demitir. Além disso, haveria uma migração para a informalidade. Vale frisar que, no interior, a parcela proporcional de micro e de pequenos é bem maior do que a da Região Metropolitana”, assinala a presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, Ana Paula Vescovi.

Ela também sublinha a possibilidade de os preços subirem, o que derrubaria o poder de compra do trabalhador. “Também veríamos uma pequena inflação, já que vários índices são atrelados ao mínimo. No caso das exportações, muito importantes para a economia capixaba, em que os preços são definidos no mercado externo, haveria uma perda de produtividade. Nesse caso, a maior prejudicada seria a indústria alimentícia”.

Foco deve estar na qualificação do trabalhador

■ O estudo do Instituto Jones Santos Neves também mostra que o mínimo regional não atingiria as camadas mais pobres. Entre os capixabas que recebem um salário mínimo por mês, apenas 12% são considerados

pobres, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008. Além disso, a adoção de um mínimo regional não melhoraria a vida dos 27% dos trabalhadores capixabas que ganham menos de um salário. “Para atingir esse contingente, são necessárias políticas focadas na qualificação e na transferência de renda”, concluiu Ana Paula Vescovi.

Veja os impactos do salário regional

Estudiosos enumeram argumentos contra a criação do piso estadual

1 Pequena redução no PIB capixaba no curto prazo, agravando-se no longo prazo;

2 Aumento dos PIBs mineiro e baiano, já que a elevação do custo da produção impulsiona a migração dos investimentos do Espírito Santo para Minas Gerais e Bahia;

3 Aumento do consumo real das famílias capixabas apenas no curto prazo;

4 Previsão de uma redução de, aproximadamente, 3% da demanda por trabalhadores que ganham até dois salários mínimos;

5 Os setores mais prejudicados seriam a agropecuária e o de produtos alimentícios;

6 Os setores mais beneficiados, apenas no curto prazo, seriam construção civil, aluguel de imóveis e os serviços prestados às famílias (restaurantes, salão de beleza, etc);

7 Redução da atividade produtiva e perda de competitividade.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Salário e renda

Veja por que a criação de um salário mínimo regional pode ser adiada

Variação percentual do PIB, da renda domiciliar e do salário mínimo entre 2002 e 2008

Em %



Esse quadro mostra que, mesmo a renda do capixaba tendo crescido bastante na última década, a variação do salário mínimo foi maior. Isso mostra que ainda dá para acompanhar a variação nacional sem perdas para o trabalhador